



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.976-A, DE 2019 **(Do Senado Federal)**

Ofício nº 308/20 (SF)

Confere ao Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Mediunidade; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação (relator: DEP. TARCÍSIO MOTTA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

CULTURA; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Cultura:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão


Confere ao Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Mediunidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Mediunidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de abril de 2020.


Senador Antonio Anastasia
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência



COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.976, DE 2019

Confere ao Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Mediunidade.

Autor: SENADO FEDERAL - EDUARDO GIRÃO

Relator: Deputado TARCÍSIO MOTTA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Senador Eduardo Girão, visa conferir ao Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Mediunidade.

A matéria foi distribuída às Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD), sendo a proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II RICD).

A tramitação dá-se sob o regime de prioridade (art. 151, III, RICD).

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, o Município de Pedro Leopoldo está conectado à história de vida de Francisco Cândido Xavier, ou simplesmente Chico Xavier.

Como relata o autor da proposta, em 1927, no recém-fundado Centro Espírita Luiz Gonzaga, Chico Xavier recebeu sua primeira mensagem psicografada. Depois disso, a cidade foi palco de muitos eventos de mediunidade de Xavier.



Seu primeiro livro psicografado, "Parnaso de Além-Túmulo", que reúne 256 poemas, atribuídos a poetas mortos, foi publicado em julho de 1932. Catalogados pela Casa de Chico Xavier de Pedro Leopoldo estão mais de 500 livros psicografados, em diferentes gêneros literários e traduzidos em vários idiomas. Psicografou várias cartas para famílias enlutadas, trazendo conforto para pessoas de todo o Brasil em busca de notícias de seus parentes falecidos.

Chico Xavier consagrou-se como um dos grandes nomes da religiosidade no Brasil e recebeu inúmeras homenagens, em especial por parte da cidade de Pedro Leopoldo, entre as quais se destacam a Praça Chico Xavier e a Comenda Chico Xavier, criada pela Câmara Municipal de Pedro Leopoldo.

A dedicação de Chico Xavier aos necessitados e sofredores passou a inspirar aqueles que aspiram a uma sociedade mais fraterna e justa. Sua história de vida e a crença de que "a melhoria do mundo começa em cada um de nós" transformou a cidade de Pedro Leopoldo, que tem cerca de 60 mil habitantes, em um dos roteiros turísticos religiosos mais importantes do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

Em sua justificação, o Senador Eduardo Girão destaca essa forte conexão com o turismo religioso e ressalta alguns aspectos estratégicos nessa consolidação através da criação de memoriais e de exposições artísticas permanentes, importantes iniciativas, ainda, de fomento à economia regional.

Pelas razões expostas, consideramos pertinente e meritória a presente proposta, e nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.976, de 2019.

Sala da Comissão, em 07 de junho de 2024.

Deputado TARCÍSIO MOTTA
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.976, DE 2019

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Cultura, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.976/2019, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Tarcísio Motta.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Aliel Machado - Presidente, Jandira Feghali e Tarcísio Motta - Vice-Presidentes, Alfredinho, Alice Portugal, Defensor Stélio Dener, Douglas Viegas, Fernanda Melchionna, Marcelo Queiroz, Raimundo Santos, Tiririca, Abilio Brunini, Bia Kicis, Erika Kokay, Flávia Moraes, Marcelo Crivella, Nitinho e Sâmia Bomfim.

Sala da Comissão, em 3 de julho de 2024.

Deputado ALIEL MACHADO
Presidente



FIM DO DOCUMENTO